

Estratégia de longo prazo e plano de negócios ELPPN 2025-2029

Classificação: Sigilo Específico – Industrial /
Concorrencial (Lei 9279/96)

Acesso: âmbito interno da Finep

Unidade Gestora: APLA

Este documento é destinado exclusivamente ao
uso do corpo funcional da Finep e sua divulgação,
reprodução e distribuição é passível de sanção
disciplinar de acordo com a N-GES-
005/12.

Novembro de 2024

ESTRATÉGIA DE LONGO PRAZO E PLANO DE NEGÓCIOS 2025-2029

EXPEDIENTE

DIRETORIA EXECUTIVA DA FINEP

Celso Pansera
Presidência (PRES)

Márcio Stefanni Monteiro Moraes
Diretoria Financeira, de Crédito e Captação (DRFC)

Elias Ramos de Souza
Diretoria de Inovação (DRIN)

Janaína Prevot Nascimento
Diretoria Administrativa (DADM)

Carlos Alberto Aragão de Carvalho Filho
Diretoria de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (DRCT)

Sumário

1. Apresentação.....	4
2. Estratégia de Longo Prazo	5
2.1. Referenciais Estratégicos	5
2.1.1. Modelo de Negócio	5
2.1.2. Planejamento de Longo Prazo do Governo Federal.....	6
2.2. Cenário Macroeconômico	8
2.2.1. Cenário Internacional	8
2.2.2. Cenário Interno.....	10
2.3. Contexto de Ciência, Tecnologia e Inovação	11
2.4. Análise de Riscos e Oportunidades	14
2.5. Visão Estratégica	19
2.6. Objetivos Estratégicos.....	19
2.7. Mapa Estratégico.....	21
3. Plano de Negócios	23
3.1. Indicadores Estratégicos	23
3.2. Iniciativas Estratégicas	25
4. Referências.....	27

1. Apresentação

A presente Estratégia de Longo Prazo e Plano de Negócios (ELPPN) traduz a reflexão sobre a estratégia corporativa da empresa, para o período 2025-2029, sob a coordenação da Área de Planejamento (APLA) e da Diretoria Executiva da Financiadora de Estudos e Projetos (Finep), com o assessoramento do Comitê de Planejamento (CPLAN) com representação dos superintendentes da Financiadora.

Uma análise do ambiente interno e externo à Finep proporcionaram insumos para aprimorar a reflexão estratégica para a atualização dos objetivos estratégicos de longo prazo, bem como para propor iniciativas para o ano de 2025, definir indicadores e estabelecer metas.

Atualmente, no contexto global, estão colocados desafios e transformações acelerados pós pandemia de Covid-19, incertezas geopolíticas resultantes de conflitos entre países, preocupações crescentes com as mudanças climáticas e iniciativas urgentes voltadas ao alcance dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Organização das Nações Unidas (ONU). Esses objetivos abrangem desde a adoção de tecnologias sustentáveis até a redução das disparidades socioeconômicas.

No campo da CT&I destaca-se o Índice Global de Inovação (GII), classificação global que avalia o desempenho de inovação e tecnologia dos países na qual o Brasil, atualmente, encontra-se como o segundo melhor colocado na América Latina alcançando o 54º lugar no ranking mundial. No entanto, é necessário empreender esforços significativos para fomentar a inovação no país, atrair investimentos que aprimorem a eficiência do sistema produtivo, a produtividade do trabalho e a inovação nos setores industriais.

A Finep, como agência de fomento à Ciência, Tecnologia e Inovação (CT&I), desempenha um papel importante no atual cenário de CT&I atuando no fomento a projetos de pesquisa, desenvolvimento e inovação e na identificação de desafios e tendências do panorama nacional contribuindo para o desenvolvimento do país de forma inovadora, sustentável e justa.

Os objetivos estratégicos destacados nesta ELPPN estão em equilíbrio com as diretrizes atuais do Governo Federal e do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI). Exemplos incluem a Portaria MCTI nº 6.998 de 10 de maio de 2023, a 5ª Conferência Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação (5ª CNCTI), a Nova Indústria Brasil (NIB), o Plano Plurianual (2024-2027), além da agenda de Desenvolvimento Sustentável, a agenda de Transformação Digital e outras questões que despontam como tendência.

É importante observar que a iminente publicação da Estratégia Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação (ENCTI) com o horizonte até 2030, como resultado da discussão realizada na 5ª CNCTI, pode eventualmente trazer novos insumos para a Estratégia da Finep ao longo do ano de 2025.

O documento está constituído por dois componentes principais. O primeiro engloba um contexto mais amplo, com cenários macroeconómico e de CT&I, referenciais governamentais, assim como uma análise de riscos e oportunidades para os próximos cinco anos que fundamentam a Estratégia de Longo Prazo (ELP) da Finep para o período de 2025-2029. Já o segundo engloba o Plano de Negócios (PN), detalhando o desdobramento da estratégia em termos de iniciativas, indicadores e metas para o ano de 2025.

2. Estratégia de Longo Prazo

2.1. Referenciais Estratégicos

2.1.1. Modelo de Negócio

A Finep é uma empresa pública do Governo Federal, estabelecida em 1967, vinculada ao MCTI, cuja missão, visão, valores e perfil de atuação são apresentados abaixo:

Figura 1 – Referencial estratégico da Finep



Fonte: APLA/Finep

A Financiadora atua em diversas dimensões do ciclo de desenvolvimento científico e tecnológico: infraestrutura de pesquisa, pesquisa básica, pesquisa aplicada, aprimoramento e desenvolvimento de produtos, serviços e processos. Seu modelo de negócios é exposto na Figura 2 e pormenorizado em sua cadeia de valor, que pode ser encontrada em sua página da internet.

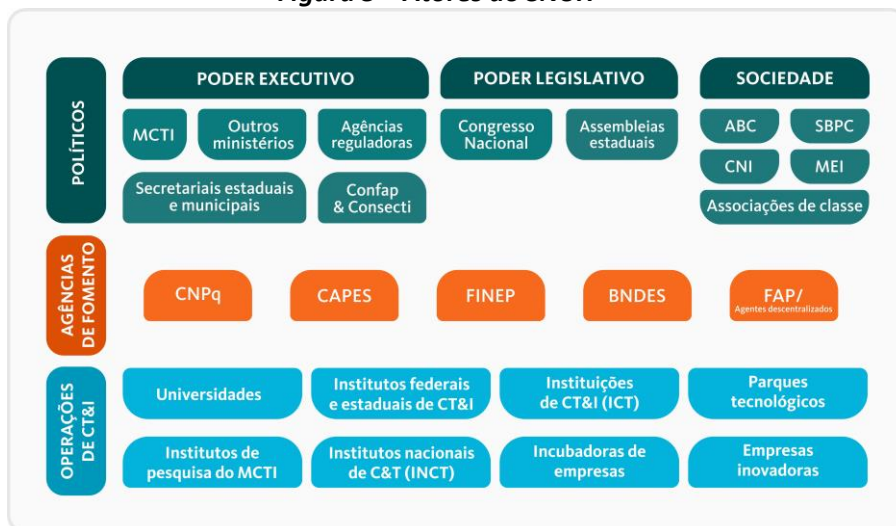
Figura 2 – Modelo de negócio



Fonte: APLA/Finep

Dessa forma, na sua missão de promoção do desenvolvimento econômico e social do país através do financiamento à CT&I, a empresa representa um dos principais atores do Sistema Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação (SNCTI), conforme representado na Figura 3:

Figura 3 – Atores do SNCTI



Fonte: Finep

2.1.2. Planejamento de Longo Prazo do Governo Federal

A Finep atualiza a sua Estratégia de Longo Prazo e seu Plano de Negócios a cada ano, alinhando-se aos referenciais governamentais vigentes, especialmente aqueles relacionados ao cumprimento de sua missão institucional e ao seu modelo de negócios, em conformidade com o artigo 23 da Lei nº

13.303/2016¹.

Nesse cenário, a Portaria MCTI nº 6.998, de 10 de maio de 2023, determinou as diretrizes para a formulação da ENCTI até 2030, visando orientar a atuação institucional dos integrantes da estrutura do MCTI, tendo como eixos estruturantes:

- I. Recuperação, expansão e consolidação do Sistema Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação;
- II. Reindustrialização em novas bases e apoio à inovação nas empresas;
- III. Ciência, tecnologia e inovação para programas e projetos estratégicos nacionais; e
- IV. Ciência, tecnologia e inovação para o desenvolvimento social.

Essas diretrizes orientaram o diálogo com a comunidade científica e outros atores durante a 5ª Conferência Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação, realizada em julho de 2024, com o tema "Ciência, Tecnologia e Inovação para um Brasil Justo, Sustentável e Desenvolvido".

Vale destacar que, no momento da elaboração deste documento, a nova ENCTI ainda não havia sido publicada, o que pode levar, ao longo do exercício de 2025, a uma possível revisão da estratégia de longo prazo aqui apresentada, no contexto das atividades de monitoramento do ambiente estratégico de atuação da Finep.

Além disso, ressaltam-se os Planos Anuais de Investimento dos Recursos não Reembolsáveis do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT) - de 2023 e 2024 - que estabeleceram o rumo para o planejamento, compromissos e necessidades de recursos das carteiras (contratada e a contratar) e das novas iniciativas em todo o escopo de ações do Fundo, com ênfase em dez programas estruturantes e mobilizadores que guiaram os Editais/Chamadas Públicas lançados pela Finep.

Outro ponto relevante diz respeito às diretrizes do Conselho Nacional de Desenvolvimento Industrial (CNDI), através da Resolução CNDI/MDIC nº 1 de 6 de julho de 2023, traduzindo-se na nova política industrial brasileira, denominada Nova Indústria Brasil (NIB), que estabeleceram as seguintes missões:

- I. Cadeias agroindustriais sustentáveis e digitais para a segurança alimentar, nutricional e energética;
- II. Complexo econômico industrial da saúde resiliente para reduzir as vulnerabilidades do Sistema Único de Saúde (SUS) e ampliar o acesso à saúde;

¹ Lei das Estatais. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2016/lei/l13303.htm. Acesso em 26/08/2024.

- III. Infraestrutura, saneamento, moradia e mobilidade sustentáveis para a integração produtiva e o bem-estar nas cidades;
- IV. Transformação digital da indústria para aumentar a produtividade;
- V. Bioeconomia, descarbonização e transição e segurança energéticas para garantir os recursos para as gerações futuras; e
- VI. Tecnologias de interesse para a soberania e defesa nacionais.

Por último, o Plano Plurianual (PPA) 2024 – 2027, definiu as diretrizes, objetivos e metas da administração pública federal, apresentando os seguintes eixos temáticos:

- I. Desenvolvimento social e garantia de direitos – fundamentado na equidade como base de uma sociedade justa;
- II. Desenvolvimento econômico e sustentabilidade socioambiental e climática – baseado em uma economia inclusiva visando a uma sociedade ambientalmente sustentável; e
- III. Defesa da democracia e reconstrução do Estado e da soberania – visando o fortalecimento da democracia, do Estado e de suas instituições.

2.2. Cenário Macroeconômico

2.2.1. Cenário Internacional

O ambiente global atual está dominado por incertezas significativas. As principais economias do mundo continuam a navegar em um cenário desafiador, caracterizado por uma combinação de pressões inflacionárias, flutuações nas políticas monetárias e ajustes nos padrões de crescimento.

O crescimento econômico global, de acordo com as mais recentes projeções do Fundo Monetário Internacional (FMI)², deve atingir 3,2% em 2024 e 3,3% em 2025, em linha com previsões anteriores, refletindo uma expectativa de resiliência em algumas economias emergentes e uma possível recuperação moderada nas economias avançadas. Contudo, o caminho para a estabilidade de crescimento continua a ser permeado por riscos, como as tensões geopolíticas, a desaceleração nos processos desinflacionários globais e a volatilidade dos preços das commodities, causada entre outros fatores pelos conflitos no Oriente Médio.

Nos Estados Unidos, o Federal Reserve (FED) tem enfrentado uma inflação persistente, especialmente no setor de serviços, no qual a demanda permanece robusta. Em julho, o FED decidiu manter a taxa de

² World Economic Outlook Update publicado pelo FMI em julho de 2024.

juros na faixa de 5,25% a 5,50%³, sinalizando sua cautela diante de um ambiente no qual o cenário inflacionário ainda é preocupante. Contudo, após dados decepcionantes no relatório de empregos em julho (*payroll*), o presidente do FED sinalizou recentemente em discurso um provável corte na taxa básica de juros ainda esse ano. Já o FMI reduziu a previsão de crescimento da maior economia do mundo para 2,6% em 2024 e espera que atinja 1,9% no final de 2025, quando o mercado de trabalho e o consumo devem desaquecer, reduzindo assim a pressão nos níveis de juros atualmente elevados.

Outras economias desenvolvidas, como os países da zona do euro e o Canadá, permanecem com um processo de desinflação mais sustentável, permitindo assim um relaxamento gradual nas suas políticas monetárias restritivas. Em junho, o Banco Central Europeu (BCE) interrompeu uma trajetória de alta de juros, cortando as taxas básicas em 25 pp. e fixando a taxa de depósito em 3,75%. O crescimento na zona do euro tem se sustentado por um nível maior de consumo – causado pelo aumento real dos salários – bem como de investimento, consequência de condições melhores de financiamento. Apesar disso, o crescimento nessa região será modesto esse ano, com previsão de 0,9% e 1,5% em 2025.

Graças a um rebote no consumo privado e a um nível robusto de exportações no primeiro trimestre desse ano, a China foi um dos poucos países cuja previsão de crescimento foi revista de forma otimista, aumentando em 0,5%, para 5% este ano. Contudo, tal crescimento tem sido afetado por desafios estruturais, como o envelhecimento da população, a queda na produtividade e a desaceleração do mercado imobiliário. Assim, a previsão do FMI é que o PIB chinês cresça 4,5% em 2025 e siga uma trajetória descendente até atingir um patamar de 3,3% em 2029. Ainda no continente asiático, a Índia desponta como uma economia cada vez mais relevante no cenário global, com crescimento previsto de 7% esse ano e 6,5% em 2025.

Os demais mercados emergentes, por sua vez, enfrentam um ambiente misto. Enquanto alguns países se beneficiam da recuperação dos preços das commodities e da demanda global, outros enfrentam problemas domésticos, como a alta inflação, instabilidade política e conflitos regionais, notadamente na Ucrânia, no Oriente Médio e no Sudão. As economias latino-americanas devem mostrar crescimento modesto, mas com desafios inflacionários que continuam a limitar o espaço para políticas monetárias expansivas, prejudicando um crescimento possivelmente mais sustentável.

A incerteza domina este cenário global repleto de perspectivas positivas e negativas. De um lado, os riscos descritos acima podem guiar os países a adotarem políticas públicas orientadas domesticamente de forma equivocada, ao invés de promover cooperação e comércio multilaterais. Os atuais desafios, como aquecimento global e imigração, requerem uma integração mundial maior. Por outro lado, conforme os hiatos de produto das economias ao redor do mundo se ajustam e a inflação retrocede, os

³ FOMC press release publicado pelo FED em 31 de julho de 2024.

países terão uma oportunidade de rever o legado das últimas crises e promover políticas de restauração e preservação do crescimento.

2.2.2. Cenário Interno

O Brasil, inserido nesse complexo cenário global, enfrenta seus próprios desafios e oportunidades à medida que avança para o período 2025-2029. A volatilidade cambial representa um risco contínuo para a economia brasileira, dado que o país depende significativamente das exportações de commodities, como soja, minério de ferro e petróleo. Movimentos bruscos na taxa de câmbio, especialmente em um contexto de incerteza global, podem afetar a competitividade das exportações brasileiras, além de gerar pressões inflacionárias ao elevar os custos de importação de insumos e bens de capital.

O FMI revisou negativamente a projeção de crescimento do PIB brasileiro para 2,1% em 2024, em razão das enchentes ocorridas no Rio Grande do Sul, porém revisou positivamente a projeção de 2025 para 2,4%, refletindo tanto a reconstrução posterior a esse desastre quanto fatores estruturais da economia brasileira, como por exemplo a aceleração na produção de hidrocarbonetos. Já segundo o Relatório Focus do Banco Central⁴ as estimativas de crescimento são de 2,43% para 2024, que deve desacelerar para 1,86% em 2025, antes de estabilizar em 2,00% nos anos seguintes. Essa visão mais pessimista reflete tanto a maturação do ciclo econômico atual quanto os impactos de um ambiente global menos favorável. Entretanto, os dados econômicos têm surpreendido, apontando para um diagnóstico de resiliência da atividade doméstica e sustentação do consumo. Ademais, o nível de ocupação, a taxa de desocupação e a renda apontam para um maior dinamismo do mercado de trabalho.

A economia brasileira também vive um processo de desinflação, que tem exigido um prosseguimento cauteloso do ciclo de queda de juros. O principal ponto de preocupação, segundo o COPOM⁵, continua a ser a sustentabilidade da dívida pública e do arcabouço fiscal, e o esmorecimento no esforço de reformas estruturais, que aumentam o risco de desancorar as expectativas de inflação e, consequentemente, têm o potencial de elevar a taxa de juros neutra da economia. As projeções do Relatório Focus apontam para inflação de 4,25% em 2024, com uma tendência de desaceleração nos anos subsequentes, alcançando 3,93% em 2025, 3,60% em 2026 e 3,50% em 2027.

Devido a esse cenário, o Comitê avaliou manter a política monetária contracionista por mais tempo para consolidar o processo de desinflação, bem como a ancoragem das expectativas de inflação em torno da meta de 3%, decidindo então pela manutenção da taxa básica de juros em 10,5% a.a. O COPOM também reiterou que não há relação mecânica entre a condução da política monetária estadunidense e a determinação da taxa básica de juros doméstica, tampouco entre a taxa de câmbio e a determinação

⁴ Boletim Focus de 23/08/2023.

⁵ Ata de 264ª reunião do COPOM, de 31/07/2024.

doméstica da taxa de juros. Entretanto, o possível corte na taxa básica de juros dos EUA, anunciado recentemente pelo presidente do FED, pode aliviar a pressão cambial e inflacionária no Brasil, o que pode estimular a flexibilização da política monetária doméstica.

A estabilização da Selic em níveis mais baixos deve proporcionar um alívio para a economia, estimulando o investimento e o consumo, mas também exige uma gestão fiscal rigorosa para evitar pressões inflacionárias. Segundo o Boletim Focus, a Selic está projetada para cair de 10,50% em 2024 para 9,75% em 2025, 9,50% em 2026 e 9,00% em 2027.

Outro aspecto crucial é a agenda de sustentabilidade. O Brasil, com sua vasta riqueza natural, tem a oportunidade de se posicionar como líder global na transição para uma economia de baixo carbono. Investimentos em energia renovável, agricultura sustentável e conservação ambiental são não apenas imperativos éticos, mas também oportunidades econômicas que podem impulsionar o crescimento de longo prazo.

O período de 2025-2029 apresenta um cenário de desafios e incertezas, tanto no contexto global quanto no doméstico, mas também de oportunidades para aqueles que estiverem preparados para navegar por um ambiente econômico complexo e em constante transformação. A economia mundial, embora mostre sinais de resiliência, enfrenta riscos significativos que podem impactar as expectativas de crescimento e inflação. Para o Brasil, a chave para enfrentar esses desafios reside em uma combinação de políticas públicas, reformas estruturais e uma estratégia clara de crescimento sustentável.

2.3. Contexto de Ciência, Tecnologia e Inovação

O Brasil enfrentou, em um passado recente, uma grande redução no financiamento à C,T&I o que resultou em prejuízos ao seu Sistema Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação. A recuperação desse sistema é essencial não apenas para restaurar o prestígio científico, como também para garantir a competitividade do país em um cenário global cada vez mais desafiador. A ênfase na industrialização e no fortalecimento da ciência, como demonstrado pela reativação da Conferência Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação, refletem uma tentativa de alinhamento com as tendências globais e de garantir uma posição competitiva no cenário internacional.

A 5ª CNCTI, realizada no final do 1º semestre de 2024, marcou o momento de amplo diálogo e reflexão sobre o SNCTI visando à formulação da Estratégia Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação para os próximos anos. Fruto de diversas etapas preparatórias, incluindo reuniões temáticas e conferências em diferentes níveis, a respectiva conferência levou a um consenso sobre a necessidade de um plano de CT&I para a próxima década - que priorize áreas como saúde, transição energética e ecológica, transformação digital, tecnologias sociais - assim como sobre a urgência da retomada da industrialização do país baseada em novas tecnologias.

Assim, a publicação da Estratégia Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação, com o horizonte até 2030, é fundamental para fornecer novos insumos que orientem o governo e os agentes envolvidos no fomento à CT&I nos quatro eixos estratégicos estabelecidos: recuperação, expansão e consolidação do SNCTI; reindustrialização em novas bases tecnológicas; apoio a projetos estratégicos nacionais e desenvolvimento social por meio da CT&I.

No âmbito científico e acadêmico, os desafios que derivaram da infraestrutura inadequada e falta de investimentos em pesquisa estão sendo compensados através dos recursos previstos para recuperação e modernização da infraestrutura de pesquisa e desenvolvimento (P&D) do país e para a formação, capacitação e fixação de recursos humanos qualificados no SNCTI.

Da mesma forma, o Brasil apresenta um cenário econômico em transformação contrastando com desafios persistentes enfrentados pela indústria, evidenciando a retomada de políticas voltadas para a inovação e a competitividade com destaque para o papel vital da CT&I nos próximos anos.

Nesse contexto, o ressurgimento do interesse em políticas industriais está intrinsecamente ligado aos desafios globais, como o baixo crescimento econômico e as crescentes preocupações com as mudanças climáticas, perante os quais vários países estão adotando estratégias inovadoras incluindo políticas de inovação orientadas a enfrentar esses desafios de maneira eficaz e sustentável.

A nova industrialização com ênfase em tecnologias verdes e sustentáveis é um dos temas centrais do debate nacional, refletindo a necessidade de alinhar a indústria brasileira com as melhores práticas globais. Esse novo paradigma visa reposicionar o país no cenário internacional, promovendo avanços em áreas como saúde, transição energética e digitalização, e garantindo um futuro mais sustentável e inovador para a nação. A neoindustrialização enfatiza a integração de inovação, sustentabilidade e descarbonização, marcando uma fase industrial de alta qualidade. Para o Brasil se posicionar nesse cenário, é crucial promover a inovação, investindo em pesquisa, desenvolvimento e empreendedorismo, facilitando a transferência de tecnologia para impulsionar a competitividade e diferenciar os produtos brasileiros globalmente.

O plano para o desenvolvimento industrial brasileiro destaca-se em três áreas-chave: Inovação e Digitalização, que visando à eficiência operacional e qualidade dos produtos; Verde Exportadora, enfatizando a produção sustentável e energias renováveis; e Produtividade, concentrando-se na melhoria da competitividade global da indústria por meio de práticas avançadas de manufatura e investimentos em infraestrutura e capacitação da mão de obra.

Destacam-se também pesquisas sobre implementações nanotecnologias e instrumentos 3D para otimização de processos laboratoriais, demonstrando o constante avanço da ciência em busca de soluções inovadoras e alinhado a tendências globais como digitalização e automação para liderar a

transformação industrial.

Entretanto, sob a ótica regional percebem-se disparidades significativas na performance industrial nacional, destacando a urgência de políticas de desenvolvimento regional mais abrangentes. É crucial oferecer incentivos e apoio para áreas enfrentando desafios econômicos mais acentuados, visando à diversificação e ao crescimento equitativo em todo o território nacional.

Em paralelo, o fortalecimento do diálogo entre diferentes setores da sociedade é fundamental para a promoção de projetos nacionais que englobam desde a ampliação da autonomia e das capacidades tecnológicas nacionais até o desenvolvimento sustentável e integrado da região Amazônica.

Da mesma forma, surge a necessidade de promover políticas que apoiem populações historicamente sub-representadas mas que também incentivem a educação e o empreendedorismo feminino como formas de impulsionar o desenvolvimento inclusivo no Brasil e no mundo.

No âmbito social, o Brasil enfrenta um cenário complexo de desigualdades, marcado por disparidades persistentes entre grupos e regiões. Embora tenha havido avanços significativos, como a redução de 40% na extrema pobreza em 2023, as desigualdades permanecem profundas. O Observatório Brasileiro das Desigualdades⁶ monitora aspectos críticos como educação, saúde e trabalho. A educação apresenta também um panorama alarmante, com 29,4% da população entre 15 e 64 anos enfrentando analfabetismo funcional. Essa situação limita as oportunidades de emprego e perpetua um ciclo de exclusão social. Para avançar em direção a uma sociedade mais justa, é fundamental fortalecer as políticas públicas voltadas para a equidade, pois a educação é um pilar fundamental para romper essas correntes de desigualdade e proporcionar maior mobilidade social.

Além disso, as preocupações ambientais, como matrizes energéticas sustentáveis e soluções tecnológicas para o tratamento hídrico, refletem um compromisso com a preservação do planeta. A busca por soluções inovadoras conduz à adoção de políticas que visem abordar desafios socioeconômicos e ambientais urgentes, promovendo a colaboração entre governo, academia e setor privado, incentivando o desenvolvimento de soluções tecnológicas e modelos de negócios inovadores.

A energia verde emerge como uma área de destaque nos novos formatos de mercado, especialmente nos setores automobilísticos, de telecomunicações e de transporte associados aos complexos agroindustriais, indicando uma mudança rumo a práticas mais sustentáveis. Ações coordenadas são essenciais para avançar em direção aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável e à Agenda 2030.

Em virtude das tendências e desafios que se colocam para o cenário de CT&I em cada um dos eixos, a

⁶ Relatório 2024 do Observatório Brasileiro das Desigualdades e da Pesquisa Nacional sobre Desigualdades. Disponível em: https://combateasdesigualdades.org/wp-content/uploads/2024/09/RELATORIO_2024_v3-1.pdf. Acesso em 14/10/2024.

integração entre universidades e empresas é um passo essencial para viabilizar um ambiente propício à inovação. A aplicação efetiva do Marco Legal de CT&I⁷, que prevê incentivos para pesquisas e parcerias, pode desempenhar um papel fundamental na formação de talentos qualificados e no avanço das capacidades tecnológicas do país. A formulação e implementação de políticas públicas que abordem tais desafios devem ser acompanhadas de uma articulação eficaz entre os diversos atores envolvidos no SNCTI.

Contudo para garantir a eficácia desses investimentos e políticas, é essencial implementar um sistema robusto de monitoramento e avaliação dos resultados dos gastos realizados. A estabilidade na distribuição de recursos e o planejamento de longo prazo para alocação e objetivos previamente definidos são necessários para evitar a fragmentação dos recursos e assegurar que as metas estabelecidas sejam alcançadas de maneira eficiente. A criação de um sistema de governança que trate as políticas de CT&I como políticas de Estado pode contribuir para a eficácia das estratégias adotadas.

2.4. Análise de Riscos e Oportunidades

Neste capítulo, é apresentada a matriz de riscos da Finep, considerando o ambiente interno e externos no qual a empresa se insere. A matriz proporciona uma visão estruturada dos principais riscos que a Finep enfrenta, classificando-os de acordo com sua probabilidade de ocorrência e impacto potencial nos objetivos estratégicos.

Tabela 1 - Riscos Estratégicos

OBJETIVO ESTRATÉGICO	DESCRIÇÃO	RISCOS ESTRATÉGICOS	PROBABILIDADE	IMPACTO	CRITICIDADE
Promover ações de fomento em C,T&I para um Brasil justo, sustentável e desenvolvido	Contribuir para o desenvolvimento justo e sustentável do País por meio do fomento à C,T&I com foco em prioridades estabelecidas em políticas públicas nacionais.	Dificuldade de induzir projetos em algumas prioridades estabelecidas pelas políticas públicas nacionais.	Baixa	Alto	Risco Médio
		Falha no monitoramento e avaliação estruturada de resultados e impactos das ações da Finep	Alta	Médio	Risco Alto

⁷ Novo Marco Legal da Ciência, Tecnologia e Inovação. Disponível em: https://antigo.mctic.gov.br/mctic/export/sites/institucional/arquivos/ASCOM_PUBLICACOES/marco_legal_de_cti.pdf. Acesso em 14/10/2024.

OBJETIVO ESTRATÉGICO	DESCRIÇÃO	RISCOS ESTRATÉGICOS	PROBABILIDADE	IMPACTO	CRITICIDADE
		Insegurança quanto à garantia da perenidade e estabilidade dos recursos para o fomento à C,T&I, em especial o FNDCT	Média	Extremo	Risco Alto
Induzir investimentos públicos e privados para reposicionamento do Brasil no cenário de CT&I	Contribuir para o aumento de escala do investimento em C,T&I no País, o aumento da competitividade nacional e o estímulo de uma economia intensiva em conhecimento, por meio da alavancagem de recursos públicos e privados direcionados ao Sistema Nacional de C,T&I (SNCTI).	Pouca variedade e/ou disponibilidade de fontes de recursos adequados para o apoio à C,T&I	Média	Extremo	Risco Alto
		Dificuldade de viabilizar parcerias com o intuito de melhorar o fomento da cadeia de inovação	Média	Médio	Risco Médio
Promover ações de fomento para a recuperação, expansão e consolidação do Sistema Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação	Contribuir para a recuperação, expansão e consolidação do Sistema Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação, por meio do fomento à infraestrutura científica e tecnológica nacional, difundindo capacidades e reduzindo suas assimetrias regionais.	Dificuldade de induzir projetos em algumas prioridades estabelecidas pelas políticas públicas nacionais.	Baixa	Alto	Risco Médio
		Falha no alinhamento entre as organizações que trabalham para promover a neoindustrialização nacional	Baixa	Médio	Risco Baixo
Promover ações de fomento à inovação nas empresas para a neoindustrialização do Brasil	Contribuir para a neoindustrialização do País por meio do fomento ao desenvolvimento científico e	Dificuldade de induzir projetos em algumas prioridades estabelecidas pelas políticas públicas nacionais.	Baixa	Alto	Risco Médio

OBJETIVO ESTRATÉGICO	DESCRIÇÃO	RISCOS ESTRATÉGICOS	PROBABILIDADE	IMPACTO	CRITICIDADE
	tecnológico, à inovação nas empresas brasileiras e à cooperação com as Instituições Científicas, Tecnológicas e de Inovação (ICTs) com foco nas missões estabelecidas pela Nova Indústria Brasil (NIB) e nos eixos da Estratégia Nacional de Ciência e Tecnologia e Inovação (ENCTI).	Falha no alinhamento entre as organizações que trabalham para promover a neoindustrialização nacional	Baixa	Médio	Risco Baixo
Ser referência na implementação de novos instrumentos de apoio à C,T&I	Promover novos instrumentos de atuação e aperfeiçoar programas, produtos e serviços existentes para atender aos desafios do Sistema Nacional de C,T&I (SNCTI), considerando aprendizados oriundos do monitoramento e avaliação de resultados e impactos e as possibilidades advindas do Marco Legal.	Insegurança jurídica e possibilidade de entendimentos diversos por órgãos de controle	Média	Médio	Risco Médio
		Falha no monitoramento e avaliação estruturada de resultados e impactos das ações da Finep	Alta	Médio	Risco Alto
Promover a aceleração da transformação digital e a eficiência organizacional orientadas a resultados e com foco no cliente	Simplificar e automatizar processos, aplicar tecnologias digitais, dando preferência, sempre que possível, a tecnologias nacionais, promover a governança e gestão de dados e	Falha na comunicação e coordenação entre as diversas unidades da empresa	Média	Médio	Risco Médio
		Insuficiência do mapeamento, documentação e melhoria contínua de processos	Baixa	Alto	Risco Médio

OBJETIVO ESTRATÉGICO	DESCRIÇÃO	RISCOS ESTRATÉGICOS	PROBABILIDADE	IMPACTO	CRITICIDADE
	aperfeiçoar a estrutura organizacional, com orientação a resultados e melhoria da experiência do cliente, interno e externo, de forma a otimizar o negócio e habilitar a estratégia institucional.	Integração insuficiente entre sistemas e base de dados	Média	Médio	Risco Médio
		Risco Cibernético e de Segurança da Informação	Média	Extremo	Risco Alto
Fortalecer a atuação e a imagem da Finep	Aperfeiçoar os mecanismos de comunicação institucional e dar publicidade às ações, resultados e impactos da Finep de forma proativa, para partes interessadas e sociedade, e promover a articulação entre diversos atores no ecossistema de inovação.	Baixa capacidade de comunicar a importância do papel da Finep para partes interessadas e sociedade	Média	Alto	Risco Alto
Adotar práticas de gestão de pessoas orientadas ao alcance dos objetivos institucionais e à valorização da diversidade, equidade e inclusão	Desenvolver a cultura e as competências necessárias ao alcance dos objetivos e resultados institucionais, de forma contínua e adaptativa frente aos desafios estratégicos, promover a saúde física e mental de todos os colaboradores com a valorização dos direitos humanos na cadeia de valor.	Desconhecimento das diretrizes e metas a serem alcançadas por cada unidade/funcionário, devido à ausência de desdobramentos das metas	Alta	Médio	Risco Alto
		Resistência à mudança da cultura organizacional em prol da diversidade, equidade e inclusão	Baixa	Baixo	Risco Baixo
		Insuficiência de pessoal em face do crescimento das demandas da empresa	Média	Médio	Risco Médio

OBJETIVO ESTRATÉGICO	DESCRIÇÃO	RISCOS ESTRATÉGICOS	PROBABILIDADE	IMPACTO	CRITICIDADE
		Baixo aproveitamento das competências e habilidades do corpo funcional em atividades chave da Finep, por falha na alocação de pessoas	Média	Médio	Risco Médio
Assegurar a sustentabilidade do negócio	Zelar pela boa aplicação e prestação de contas dos recursos destinados à C,T&I e prospectar fontes alternativas de recursos, mantendo o equilíbrio entre receitas e despesas, otimizando o resultado econômico-financeiro e garantindo a capacidade da Finep para cumprir sua missão institucional de forma sustentável.	Dependência de receita proveniente de poucas linhas de produtos	Baixa	Baixo	Risco Baixo
		Desbalanceamento entre receita e despesa	Baixa	Médio	Risco Baixo
		Pouca variedade e/ou disponibilidade de fontes de recursos adequados para o apoio à C,T&I	Média	Extremo	Risco Alto

Fonte: ACIR/Finep

Figura 4 – Matriz de Riscos da Finep

PROBABILIDADE	4				
	3		Falha no monitoramento e avaliação estruturada de resultados e impactos das ações da Finep Desconhecimento das diretrizes e metas a serem alcançadas por cada unidade/funcionário, devido à ausência de desdobramentos das metas		
	2	Dificuldade de viabilizar parcerias com o intuito de melhorar o fomento da cadeia de inovação Baixo aproveitamento das competências e habilidades do corpo funcional em atividades chave da Finep, por falha na alocação de pessoas Falha na comunicação e coordenação entre as diversas unidades da empresa Integração insuficiente entre sistemas e base de dados Insuficiência de pessoal em face do crescimento das demandas da empresa Insegurança jurídica e possibilidade de entendimentos diversos por órgãos de controle	Baixa capacidade de comunicar a importância do papel da Finep para partes interessadas e sociedade	Risco Cibernético e de Segurança da Informação Pouca variedade e/ou disponibilidade de fontes de recursos adequados para o apoio à C,T&I Insegurança quanto à garantia da perenidade e estabilidade dos recursos para o fomento à C,T&I, em especial o FNDCT	
	1	Resistência à mudança da cultura organizacional em prol da diversidade de raça e gênero Dependência de receita proveniente de poucas linhas de produtos	Falha no alinhamento entre as organizações que trabalham para promover a neindustrialização nacional Desbalanceamento entre receita e despesa	Dificuldade de induzir projetos em algumas prioridades estabelecidas pelas políticas públicas nacionais. Insuficiência do mapeamento, documentação e melhoria contínua de processos	
		1	2	3	4
		IMPACTO			

Fonte: ACIR/Finep

Em contraponto aos riscos mapeados, no processo de atualização da estratégia de longo prazo - dado o ambiente externo à Finep e os referenciais de governo - foram identificadas como principais oportunidades para a atuação da Financiadora:

- As diretrizes estratégicas das políticas públicas nacionais trazem objetivos alinhados aos ODS e à Agenda 2030;
- A integração das demais políticas públicas com a política industrial (Nova Industrial Brasil);
- O aumento da disponibilidade de recursos orçamentários do FNDCT;
- O aumento da adoção de tecnologias digitais e da inteligência artificial para a potencial aplicação no negócio da Finep bem como para sua modernização; e
- A imagem externa positiva da Finep que propicia a articulação de parcerias.

2.5. Visão Estratégica

No exercício de reflexão estratégica - à luz dos referenciais de políticas públicas, do cenário macroeconômico e de CT&I, do mapeamento dos riscos estratégicos e das oportunidades identificadas - foram estabelecidos os objetivos estratégicos para o período de 2025-2029 demonstrados a seguir.

2.6. Objetivos Estratégicos

Os Objetivos Estratégicos refletem os fins a serem perseguidos pela empresa para o cumprimento de sua missão institucional e o alcance de sua visão de futuro. Na presente atualização da estratégia de longo prazo, os objetivos estratégicos foram revisados conforme abaixo:

1. Promover ações de fomento em C,T&I para um Brasil justo, sustentável e desenvolvido

Contribuir para o desenvolvimento justo e sustentável do País por meio do fomento à C,T&I com foco em prioridades estabelecidas em políticas públicas nacionais.

2. Induzir investimentos públicos e privados para reposicionamento do Brasil no cenário de C,T&I

Contribuir para o aumento de escala do investimento em C,T&I no País, o aumento da competitividade nacional e o estímulo de uma economia intensiva em conhecimento, por meio da alavancagem de recursos públicos e privados direcionados ao Sistema Nacional de C,T&I (SNCTI).

3. Promover ações de fomento para a recuperação, expansão e consolidação do Sistema Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação

Contribuir para a recuperação, expansão e consolidação do Sistema Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação, por meio do fomento à infraestrutura científica e tecnológica nacional, difundindo capacidades e reduzindo suas assimetrias regionais.

4. Promover ações de fomento à inovação nas empresas para a neoindustrialização do Brasil

Contribuir para a neoindustrialização do País por meio do fomento ao desenvolvimento científico e tecnológico, à inovação nas empresas brasileiras e à cooperação com as Instituições Científicas, Tecnológicas e de Inovação (ICTs) com foco nas missões estabelecidas pela Nova Indústria Brasil (NIB) e nos eixos da Estratégia Nacional de Ciência e Tecnologia e Inovação (ENCTI).

5. Ser referência na implementação de novos instrumentos de apoio à C,T&I

Promover novos instrumentos de atuação e aperfeiçoar programas, produtos e serviços existentes para atender aos desafios do Sistema Nacional de C,T&I (SNCTI), considerando aprendizados oriundos do monitoramento e avaliação de resultados e impactos e as possibilidades advindas do Marco Legal.

6. Promover a aceleração da transformação digital e a eficiência organizacional orientadas a resultados e com foco no cliente

Simplificar e automatizar processos, aplicar tecnologias digitais, dando preferência, sempre que possível, a tecnologias nacionais, promover a governança e gestão de dados e aperfeiçoar a estrutura organizacional, com orientação a resultados e melhoria da experiência do cliente, interno e externo, de forma a otimizar o negócio e habilitar a estratégia institucional.

7. Fortalecer a atuação e a imagem da Finep

Aperfeiçoar os mecanismos de comunicação institucional e dar publicidade às ações, resultados e impactos da Finep de forma proativa, para partes interessadas e sociedade, e promover a articulação entre diversos atores no ecossistema de inovação.

8. Adotar práticas de gestão de pessoas orientadas ao alcance dos objetivos institucionais e à valorização da diversidade, equidade e inclusão

Desenvolver a cultura e as competências necessárias ao alcance dos objetivos e resultados institucionais, de forma contínua e adaptativa frente aos desafios estratégicos, promover a saúde física e mental de todos os colaboradores com a valorização dos direitos humanos na

cadeia de valor.

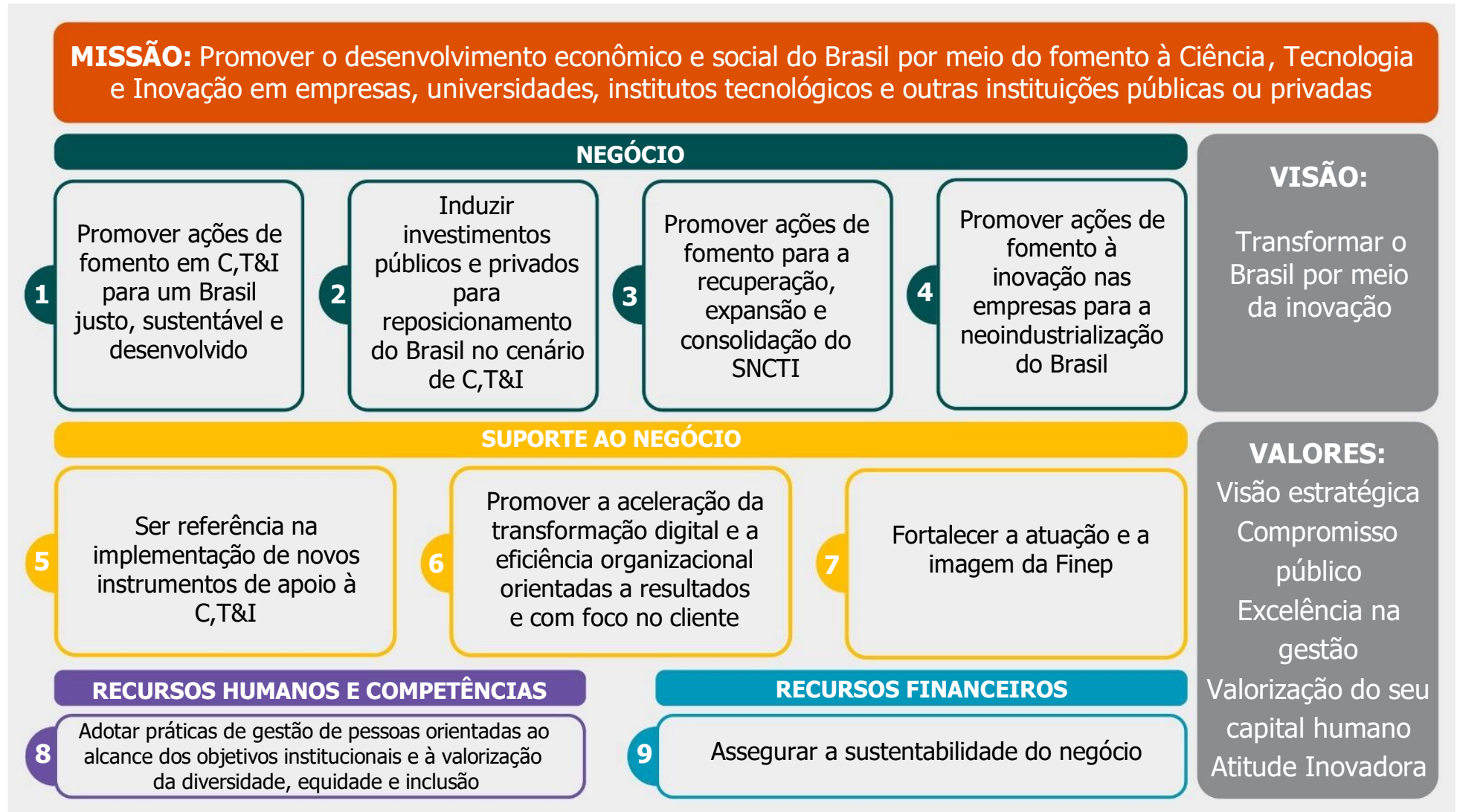
9. Assegurar a sustentabilidade do negócio

Zelar pela boa aplicação e prestação de contas dos recursos destinados à C,T&I e prospectar fontes alternativas de recursos, mantendo o equilíbrio entre receitas e despesas, otimizando o resultado econômico-financeiro e garantindo a capacidade da Finep para cumprir sua missão institucional de forma sustentável.

2.7. Mapa Estratégico

O Mapa Estratégico abaixo resume graficamente a estratégia da empresa, para os próximos cinco anos, tendo em vista sua missão, visão e valores atuais.

Figura 5: Mapa Estratégico da Finep 2025-2029



Fonte: Finep

3. Plano de Negócios

O Plano de Negócios tem por objetivo o monitoramento da estratégia ao longo do tempo e consiste no desdobramento dos objetivos estratégicos em indicadores de desempenho estratégicos e em iniciativas estratégicas, de modo que seja possível mensurar de maneira efetiva o atingimento desses objetivos.

3.1. Indicadores Estratégicos

Os indicadores estratégicos são essenciais para garantir que as ações da Finep estejam alinhadas com seus objetivos de longo prazo, permitindo tanto o acompanhamento periódico do progresso da execução da estratégia quanto a adoção de medidas em tempo hábil para o tratamento de resultados indesejados. Seguem abaixo os indicadores estratégicos definidos para o ano de 2025:

Tabela 2 – Indicadores Estratégicos

Objetivo Estratégico	Indicador Estratégico	Fórmula	Meta 2025
1- Promover ações de fomento em C,T&I para um Brasil justo, sustentável e desenvolvido	Índice de equidade regional - Número de Projetos - IERN	Número de operações contratadas no NE, N, CO / Número total de operações contratadas	6,50% Reembolsável 46,5% Não Reembolsável
	Índice de equidade regional - Valor - IERV	Valor de operações contratadas no NE, N, CO / Valor total de operações contratadas	12,35% Reembolsável 15,9% Não Reembolsável
2- Induzir investimentos públicos e privados para reposicionamento do Brasil no cenário de C,T&I	Execução dos recursos não reembolsáveis do FNDCT - EFNDCT	Orçamento utilizado / (Orçamento inicial LOA - orçamento bloqueado ou cancelado + (créditos suplementares ou desbloqueados * redutor))	99,87%
	Liberação de recursos reembolsáveis - LIRR	Valor total liberado na modalidade reembolsável	R\$ 11 Bilhões
	Liberação de recursos não reembolsáveis - LINR	Pagamento das notas de empenho e de crédito emitidas no exercício/ Limite Financeiro disponibilizado para o exercício	80,42%
	Contratação reembolsável - CONTR	Valor total contratado na modalidade reembolsável	R\$ 8 Bilhões
	Índice de aporte de contrapartida (Reembolsável) - IAC	Valor de contrapartida financeira + não financeira contratados na modalidade reembolsável / Valor financiado de operações contratadas na modalidade reembolsável	19,38%
	Índice de aporte de contrapartida (Não reembolsável) - IAC	Valor de contrapartida financeira + não financeira contratados na modalidade não reembolsável / Valor financiado de operações contratadas na modalidade não reembolsável	14,97%

Objetivo Estratégico	Indicador Estratégico	Fórmula	Meta 2025
3- Promover ações de fomento para a recuperação, expansão e consolidação do Sistema Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação	Taxa de contratação de micro, pequenas e médias empresas - TMPME	Número de operações contratadas com MPMEs em todas as modalidades / Número operações contratadas com empresas de todos os portes em todas as modalidades	90%
4- Promover ações de fomento à inovação nas empresas para a neoindustrialização do Brasil	Contratação Mais Inovação Reembolsável - CMIR	Valor contratado na linha Mais Inovação - crédito direto / Valor total contratado no crédito direto	96%
	Contratação Mais Inovação Não Reembolsável - CMINR	Valor contratado na linha Mais Inovação no Não Reembolsável/ Valor total contratado no não reembolsável	60%
5- Ser referência na implementação de novos instrumentos de apoio à C,T&I	Compromisso de investimento em FIPS - CFIP	Total de recursos comprometidos no ano com novos FIPS	R\$ 160 Milhões
6- Promover a aceleração da transformação digital e a eficiência organizacional orientadas a resultados e com foco no cliente	Tempo de Contratação de Projetos de Crédito - TCC	Mediana dos tempos de contratação dos projetos de crédito direto	174 dias
6- Promover a aceleração da transformação digital e a eficiência organizacional orientadas a resultados e com foco no cliente	Tempo de Contratação de Projetos de Subvenção - TCS	Mediana dos tempos de contratação dos projetos de Subvenção	253 dias
	Tempo de Contratação de Convênios - TCCO	Mediana dos tempos de contratação de Convênios	166 dias
	Produtividade per Capita - PPC	Resultado Operacional Líquido / Número de empregados	R\$2.744,66 Milhões por empregado
	Taxa de Encerramento de Instrumentos Contratuais Não Reembolsáveis - EINR	(ICs encerrados no SIAFI + ICs registrados no eTCE + ICs em parcelamento / ICs cujo prazo de análise da prestação de contas final expirou até 31/dez do ano anterior e não foram encerrados, nem instaurados TCEs ou parcelados)	90%
	Taxa de execução do portfólio de iniciativas estratégicas - TEIE	Somatório de marcos das iniciativas estratégicas realizados/ Total de marcos das iniciativas estratégicas previstos	90%
7- Fortalecer a atuação e a imagem da Finep	Indicador de Conformidade Sest - iSEST	Metodologia SEST	-
	Engajamento em mídias sociais (alcance em milhões) - EMS	Alcance e engajamento (impressões, likes, reposts e compartilhamentos) das publicações da Finep nas mídias sociais (LinkedIn, Instagram, Twitter, Tiktok, Facebook, Youtube)	4,61 Milhões

Objetivo Estratégico	Indicador Estratégico	Fórmula	Meta 2025
	Indicador de Exposição em Mídia Online - IMO	$\sum$ citações palavras-chave em canais (Jornais, rádios, TVs e blogs)	32.671
8- Adotar práticas de gestão de pessoas orientadas ao alcance dos objetivos institucionais e à valorização da diversidade, equidade e inclusão	Índice de Diversidade - IDV	% de atingimento das metas dos indicadores de equidade em posições de liderança: - Indicador de equidade de gênero em posições de liderança - Indicador de equidade racial em posições de liderança	atingimento: 100% Indicador de equidade de gênero em posições de liderança: 40% Indicador de equidade racial em posições de liderança: 15%
9- Assegurar a sustentabilidade do negócio	Cobertura de Despesas Administrativas - CDA	Resultado operacional líquido / despesas administrativas líquidas + despesas com pessoal e encargos	300%
	Índice de qualidade da carteira de crédito - IQC	Saldo Devedor das Operações de Crédito com Classificação de Risco AA, A, B / Saldo Devedor Total da Carteira de Crédito	83,70%
	Margem do Faturamento Operacional Líquido - MFOL	Faturamento Operacional Líquido (FOL) / Faturamento Operacional Bruto (FOB)	83%

Fonte: APLA/Finep

3.2. Iniciativas Estratégicas

As iniciativas estratégicas representam os projetos de natureza estratégica selecionados pela Finep para habilitar a estratégia de longo prazo e favorecer o atingimento dos objetivos. Consistem em esforços temporários e transversais com o intuito de impulsionar mudanças, melhorar o patamar de desempenho e criar valor. As iniciativas estratégicas selecionadas para o ano de 2025 são as seguintes:

Tabela 3 – Iniciativas Estratégicas

Objetivo Estratégico	Iniciativa Estratégica
5- Ser referência na implementação de novos instrumentos de apoio à C,T&I	1- Estruturar o processo de Compras Públicas e Encomendas Tecnológicas
6- Promover a aceleração da transformação digital e a eficiência organizacional orientadas a resultados e com foco no cliente	2- Otimizar e automatizar processos de financiamento não reembolsáveis com premissas do Marco Legal (SISGON)

Objetivo Estratégico	Iniciativa Estratégica
6- Promover a aceleração da transformação digital e a eficiência organizacional orientadas a resultados e com foco no cliente	3- Implementar processos financeiros na plataforma Core-Banking
6- Promover a aceleração da transformação digital e a eficiência organizacional orientadas a resultados e com foco no cliente	4- Implementar Estratégia de Dados e Informações e sua governança
6- Promover a aceleração da transformação digital e a eficiência organizacional orientadas a resultados e com foco no cliente	5- Estabelecer Governança de IA
7- Fortalecer a atuação e a imagem da Finep	6- Criar centro de Memória Finep
8- Adotar práticas de gestão de pessoas orientadas ao alcance dos objetivos institucionais e à valorização da diversidade, equidade e inclusão	7- Estabelecer Plano de Capacitação Institucional alinhado à estratégia de longo prazo
6- Promover a aceleração da transformação digital e a eficiência organizacional orientadas a resultados e com foco no cliente	8 – Laboratório Finep
5- Ser referência na implementação de novos instrumentos de apoio à C,T&I	9 – Avaliação e proposição de produtos

Fonte: APLA/Finep

4. Referências

ABDE. Plano ABDE 2030 de Desenvolvimento Sustentável. Disponível em: <https://abde.org.br/wp-content/uploads/2022/03/Plano-ABDE-2030-de-Desenvolvimento-Sustentavel.pdf>. Acesso em 22/04/2024.

Ata Copom BCB de julho de 2024. Disponível em: <https://www.bcb.gov.br/content/copom/atascopom/Copom264-not20240731264.pdf>. Acesso em 29/08/24.

Carta IEDI. Edição 1249. Políticas missão-orientadas: panorama OCDE. Publicado em: 23/02/2024.

Carta IEDI. Edição 1254. Padrões das Atuais Políticas Industriais no Mundo, segundo o FMI. Publicado em: 15/03/2024.

Carta IEDI. Edição 1255. Bons indícios. Publicado em: 22/03/2024.

CGEE. Ano 3. Boletim Anual do Observatório de Ciência, Tecnologia e Inovação 2022. Junho de 2023.

FINEP. Estratégia de Longo Prazo e Plano De Negócios 2024-2028. Disponível em: http://intranet.ad.finep.gov.br/arquivos/publico//27_06_2024_ELPPN_2024-28_pos_CA.pdf. Acesso em 19/08/2024.

FINEP & CGEE. Plano de Gestão Estratégica da FINEP - PGE 2009: Relatório Final. Rio de Janeiro. Finep. Setembro de 2009.

MAZZUCATO, M. A collective response to our global challenges: a common good and market-shaping approach. UCL Institute for Innovation and Public Purpose (IIPP). Jan. 2023.

MCTI. 5ª Conferência Nacional de CTI (5ª CNCTI). Disponível em: <https://5cncti.org.br/>. Acesso em: 30/07/2024.

MCTI. Portaria MCTI nº 6.998, de 10.05.2023. Disponível em: https://antigo.mctic.gov.br/mctic/opencms/legislacao/portarias/Portaria_MCTI_n_6998_de_10052023.html#:~:text=Estabelece%20as%20diretrizes%20para%20a,da%20Ci%C3%Aancia%2C%20Tecnologia%20e%20Inova%C3%A7%C3%A3o. Acesso em: 22/04/2024.

MDCI. Nova Indústria Brasil (NIB). Disponível em: <https://www.gov.br/mdic/pt-br/composicao/se/cndi/missoes>. Acesso em: 22/04/2024.

MDCI. Resolução CNDI/MDIC Nº 1, de 6 de Julho de 2023. Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/resolucao-cndi/mdic-n-1-de-6-de-julho-de-2023-497261392>. Acesso em: 22/04/2024.

MPO. PPA. Plano Plurianual 2024-2027. Disponível em:

<https://www.gov.br/planejamento/documentos-hospedados-para-gerar-qrcodes/presidencial-ppa-2024-2027>. Acesso em: 22/04/2024.

NEGRI, J. A. Investir em Inovação é Garantir o Futuro. Brasília: Ipea, 2022.

WIPO. Ano 2022. Global Innovation Index 2022.